

Propostas de atuação

Apresento as seguintes prioridades para minha atuação no CGI.br, orientadas pela defesa de uma Internet aberta, segura, inovadora e comprometida com o interesse público.

1. Fortalecimento da governança multissetorial

Defender a autonomia institucional do CGI.br, sua composição multissetorial e seu papel na formulação de diretrizes estratégicas para a Internet no Brasil.

Promover o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação, transparência e articulação com os diferentes setores, preservando a independência do Comitê e evitando a concentração de suas atribuições em estruturas exclusivamente governamentais ou regulatórias.

2. Regulação democrática e proporcional das plataformas digitais

Dar continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito do GT de Regulação de Plataformas, contribuindo para a construção de um marco regulatório que concilie responsabilidade das empresas, proteção dos direitos fundamentais e segurança jurídica.

Defender uma abordagem baseada em riscos sistêmicos, deveres proporcionais de diligência, transparência, mecanismos de prestação de contas e garantias de devido processo na moderação de conteúdos.

Promover a participação de pesquisadores, especialistas e representantes da sociedade no acompanhamento das práticas das plataformas, com atenção especial à liberdade de expressão e à proteção dos usuários.

3. Governança da inteligência artificial

Ampliar a contribuição do CGI.br ao debate sobre governança da inteligência artificial, considerando seus impactos sobre a Internet, os direitos fundamentais, a economia digital e a sociedade.

Estimular a adoção responsável de sistemas de IA, a transparência, a avaliação de riscos e a participação multissetorial na construção de diretrizes e políticas públicas.

Valorizar a inovação desenvolvida no Brasil, inclusive por pequenas e médias empresas, e incentivar a cooperação com fornecedores globais de tecnologia, universidades e centros de pesquisa, respeitando a concorrência e a autonomia tecnológica.

4. Desenvolvimento da economia digital e articulação com o ecossistema tecnológico global

Promover um ambiente favorável à inovação, ao empreendedorismo, à competitividade e à participação de empresas de diferentes origens e portes nas cadeias de valor da economia digital, fortalecendo capacidades tecnológicas e oportunidades de desenvolvimento no Brasil.

Defender políticas que estimulem a concorrência, reduzam barreiras à entrada e ampliem oportunidades para empresas de tecnologia de diferentes portes e regiões do país, em diálogo com fornecedores globais de tecnologia presentes no mercado brasileiro.

Promover a integração entre os setores elétrico, eletrônico, de informática, de telecomunicações e de software nas discussões sobre desenvolvimento industrial e transformação digital. Estimular a articulação entre órgãos governamentais, empresas, universidades e institutos de pesquisa, com atenção ao fomento à inovação, às compras públicas e às encomendas tecnológicas, respeitando as atribuições institucionais do CGI.br. Estabelecer interlocução com fornecedores globais de equipamentos, componentes, software e serviços digitais, de modo a favorecer cooperação tecnológica, integração produtiva e transferência de conhecimento.

5. Articulação de políticas públicas, fomento à inovação e conexão com universidades

Contribuir para que o CGI.br funcione como espaço de articulação e formulação de recomendações sobre políticas públicas para o ambiente digital, estimulando o diálogo entre os ministérios e órgãos competentes e os setores empresarial, acadêmico, científico e da sociedade civil representados no Comitê. Buscar maior convergência entre iniciativas, respeitando as competências institucionais e a autonomia dos participantes.

Promover a discussão de instrumentos de fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, incluindo financiamento, subvenção econômica, apoio a projetos cooperativos e mecanismos que ampliem o acesso de empresas de diferentes portes a esses recursos.

Incentivar a conexão entre empresas, universidades, institutos de ciência e tecnologia e centros de pesquisa, favorecendo projetos conjuntos, transferência de conhecimento, formação de talentos e desenvolvimento de soluções para desafios públicos e produtivos.

Valorizar as compras públicas para inovação e as encomendas tecnológicas como instrumentos de política pública, estimulando sua utilização responsável para enfrentar desafios concretos do Estado, criar oportunidades para soluções inovadoras e fortalecer a capacidade tecnológica brasileira.

6. Infraestrutura, segurança e resiliência da Internet

Valorizar e fortalecer as funções essenciais desempenhadas pelo NIC.br, sob as diretrizes do CGI.br, reconhecendo a importância da camada de infraestrutura para a estabilidade, a segurança e a evolução da Internet brasileira. Isso inclui a gestão de domínios e recursos de numeração, a segurança de redes, os pontos de troca de tráfego e a produção de indicadores que orientam decisões técnicas e políticas públicas.

Promover cooperação técnica com provedores de acesso, operadores de redes, indústria, universidades, órgãos públicos e fornecedores globais de tecnologia, respeitando as atribuições institucionais e preservando padrões abertos e interoperabilidade.

7. Infraestrutura digital e atração de investimentos

Apoiar a atração de investimentos para data centers em diferentes regiões do país, considerando disponibilidade e custo de energia, conectividade, segurança, sustentabilidade, qualificação profissional e integração com os ecossistemas locais de inovação. Essa agenda deve contribuir para a descentralização da infraestrutura digital, o desenvolvimento regional e a ampliação da capacidade brasileira de processamento, armazenamento e circulação de dados, em diálogo com empresas, governos, universidades e fornecedores globais.

8. Inclusão digital e desenvolvimento social

Contribuir para políticas que ampliem o acesso significativo à Internet, a formação de competências digitais e a utilização das tecnologias para o desenvolvimento econômico e social.

Dar atenção especial às desigualdades regionais e às oportunidades proporcionadas pela transformação digital nos serviços públicos, na educação e nas atividades produtivas.

9. Participação internacional e cooperação

Fortalecer a presença brasileira nos espaços internacionais de governança da Internet, valorizando o legado do Marco Civil da Internet, dos princípios do CGI.br e do processo NetMundial.

Promover a cooperação internacional e a defesa de uma Internet global, interoperável, aberta e não fragmentada, incluindo a interlocução construtiva com fornecedores globais de tecnologia e demais atores do ecossistema digital.

Compromisso

Minha atuação será orientada pelo diálogo, pela busca de consensos, pela fundamentação técnica das decisões e pelo compromisso com a autonomia e a legitimidade do CGI.br.

Pretendo contribuir para que o Comitê continue sendo uma referência nacional e internacional de governança multissetorial, capaz de enfrentar os desafios tecnológicos e institucionais dos próximos anos.

 Documento assinado digitalmente
HENRIQUE FAULHABER BARBOSA
Data: 20/10/2026 04:35:33-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2026.

Assinatura eletrônica gov.br

Henrique Faulhaber Barbosa